



Sessões de 18 e 20 de abril de 2017

Informativo

Decisões TCDF nº 11/2017

O texto apresentado neste informativo é um extrato produzido pelo Serviço de Jurisprudência sobre o posicionamento do TCDF nas matérias abordadas por ocasião do julgamento do processo e que conduziu à decisão referenciada.

As teses constantes deste informativo não representam o texto exato da decisão, não sendo, portanto, repositório oficial.

Para conhecimento mais aprofundado da matéria, acesse o inteiro teor da decisão, das peças processuais e de outras normas citadas, utilizando os links disponibilizados neste informativo.

*Serviço de Jurisprudência
jurisprudencia@tc.df.gov.br*

Sumário

CONTAS

1. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. INDIVIDUALIZAÇÃO DO DÉBITO.
2. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. ABSORÇÃO DE PREJUÍZO. IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE RESPONSÁVEL. ENCERRAMENTO DAS CONTAS.

FINANÇAS PÚBLICAS

1. FINANÇAS PÚBLICAS. REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE APOIO À CULTURA – FAC. PREVISÃO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO FAC/DF. EXECUÇÃO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL. MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

LICITAÇÃO

1. LICITAÇÃO. PROJETO BÁSICO. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO. INEXISTÊNCIA DE ORÇAMENTO DETALHADO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO GESTOR. PARECER JURÍDICO VINCULANTE. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIZAÇÃO DE ADVOGADO PÚBLICO.
2. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA. SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.
3. LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ARTÍSTICO. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A ESCOLHA DE ARTISTA. DEMONSTRAÇÃO DE NOTORIEDADE E CONSAGRAÇÃO DO ARTISTA. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA. PARECER JURÍDICO.
4. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. REQUISITOS PARA ADOÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. PROPOSTA DE PREÇO DO LANCE VENCEDOR.
5. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.
6. LICITAÇÃO. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).
7. CONTRATO. SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. SUBCONTRATAÇÃO. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS.
8. LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SERVIÇO DE CONSULTORIA. RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO. PESQUISA DE MERCADO. ORÇAMENTO ESTIMATIVO. DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS.
9. LICITAÇÃO. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS INADIMPLIDAS. CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO. HABILITAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA VINCULADO AOS SERVIÇOS MAIS COMPLEXOS E DE MAIOR RELEVÂNCIA. PLANILHAS DE CUSTOS. RUBRICAS TREINAMENTO E RECICLAGEM. FIXAÇÃO DE QUANTITATIVO MÍNIMO.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

10. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA DE REQUISITO PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. JULGAMENTO OBJETIVO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. DIMENSÃO ECONÔMICA E QUALITATIVA.

PESSOAL

1. PESSOAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SERVIDORA GESTANTE/LACTANTE. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE DURANTE O GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.
2. PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. CARGA HORÁRIA VARIÁVEL.

PROCESSUAL

1. PROCESSUAL. ATO PRATICADO COM GRAVE INFRAÇÃO À NORMA LEGAL OU REGULAMENTAR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. APLICAÇÃO DE MULTA.
2. PROCESSUAL. ILÍCITO ADMINISTRATIVO. ABSOLVIÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.



CONTAS

1. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. PREJUÍZO AO ERÁRIO. COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. INDIVIDUALIZAÇÃO DO DÉBITO.

A composição de dívida, para fins de ressarcimento ao erário, deve considerar a participação de cada agente na prática dos atos que resultaram em prejuízo ao erário, de modo que a responsabilização dos agentes públicos ocorra de forma proporcional à conduta praticada e não solidariamente pelo total do débito apurado.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 891/1999. Decisão nº 1812/2017.](#)

2. CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. ABSORÇÃO DE PREJUÍZO. IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DE RESPONSÁVEL. ENCERRAMENTO DAS CONTAS.

“Será considerada encerrada, com absorção do prejuízo pelo erário, a Tomada de Contas Especial em que não seja possível identificar o responsável nas apurações efetivadas, dando-se quitação, quando isto ocorrer, ao ordenador da despesa”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 25270/2014. Decisão nº 1767/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1110/2016](#), [2497/2002](#).

FINANÇAS PÚBLICAS

1. FINANÇAS PÚBLICAS. REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE APOIO À CULTURA – FAC. PREVISÃO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO FAC/DF. EXECUÇÃO DO MÍNIMO CONSTITUCIONAL. MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

1. A previsão de dotação orçamentária ao FAC/DF no percentual exigido na [LODF](#) por si só não atende à finalidade da norma, sendo também obrigatório o repasse financeiro e a efetiva aplicação dos recursos, de modo a garantir a realização do direito à cultura.

2. Quando não for possível a aplicação integral dos recursos destinados ao FAC, devem ser expostos os motivos da não execução, em homenagem ao princípio da motivação e à transparência administrativa.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 26462/2016-e. Decisão nº 1817/2017.](#)

LICITAÇÃO

1. LICITAÇÃO. PROJETO BÁSICO. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO. INEXISTÊNCIA DE ORÇAMENTO DETALHADO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO GESTOR. PARECER JURÍDICO VINCULANTE. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIZAÇÃO DE ADVOGADO PÚBLICO.

1. A aprovação de projeto básico pelo gestor não representa um mero ato formal, devendo condicionar-se à verificação da existência dos elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto a ser pactuado previstos no art. 6º, inciso IX, da [Lei nº 8.666/93](#), sob pena de responsabilidade solidária por eventuais falhas verificadas no documento.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

2. ‘O parecer jurídico em contratações públicas possui caráter vinculante, de acordo com o art. 38 da [Lei de Licitações](#), ou seja, o seu conteúdo norteia as ações dos gestores públicos’.

3. ‘É cabível a punição de advogado público pelo conteúdo de parecer de caráter jurídico vinculante’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 2875/2013. Decisão nº 1811/2017.](#)

Precedentes

Item 1: TCDF: [Decisão nº 4867/2016](#).

Item 3: STF: [MS nº 24631/DF](#).

2. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA. SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA.

1. “O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na [Lei nº 10.520/2002](#), desde que a caracterização do serviço de engenharia como comum seja justificada tecnicamente pelo Gestor Público, de maneira que não haja prejuízos à Administração quanto à qualidade do serviço adquirido”.

2. “Por comum, deve-se entender o serviço ‘cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital’ e cujas características técnicas sejam irrelevantes para a satisfação das necessidades da Administração”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 30281/2016-e. Decisão nº 1791/2017.](#)

Precedentes TCDF:

Item 1: Decisões nºs [1468/2017](#), [577/2017](#), [5064/2016](#), [3019/2016](#), [677/2016](#), [526/2016](#), [53/2016](#), [5123/2014](#), [2642/2014](#).

Item 2: Decisões nºs [577/2017](#), [5064/2016](#), [677/2016](#), [2642/2014](#) (esta última representa entendimento firmado pela corte).

Nota: Vide [Súmula TCU nº 257/2010](#).

Nota: O [Decreto distrital nº 36.520](#), de 28 de maio de 2015, expressamente autoriza, por meio de seu art. 22, § 2º c/c § 3º, o uso da modalidade Pregão para licitação de obras e serviços de engenharia comuns.

3. LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ARTÍSTICO. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A ESCOLHA DE ARTISTA. DEMONSTRAÇÃO DE NOTORIEDADE E CONSAGRAÇÃO DO ARTISTA. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA. PARECER JURÍDICO.

1. Na contratação de artistas, a Administração Pública deve observar as seguintes recomendações:

‘a) demonstrar, caso a caso, a notoriedade e consagração do artista, pela crítica especializada ou pela opinião pública, bem como justificar a escolha do artista/banda a ser contratado (art. 25, III, c/c art. 26, parágrafo único, II, da [Lei nº 8.666/1993](#));

b) demonstrar, caso a caso, que o evento/festividade proposto para a localidade detém temática compatível com o estilo musical do artista a ser contratado e os anseios da população local;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/deciso-es-tcdf-boletim>

- c) justificar o preço da contratação e compor os autos com a planilha detalhada dos custos unitários dos serviços a serem contratados (arts. 7º, § 2º, II e 26, parágrafo único, III, da [Lei nº 8.666/1993](#));
- d) exigir cópia do contrato de representação exclusiva, registrado em cartório, com prazo duradouro, em consonância com o art. 25, III, da [Lei nº 8.666/1993](#) e com a jurisprudência dominante;
- e) não aceitar declaração de cessão de direitos do representante exclusivo para terceiro, com o intuito de exercer a representação somente para um evento ou para um curto período;
- f) submeter o processo de contratação direta à PGDF, em cumprimento ao disposto art. 38, VI e parágrafo único, da [Lei nº 8.666/1993](#) e ao entendimento deste c. TCDF”.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 24032/2013. Decisão nº 1764/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [781/2017](#), [6178/2016](#), [4794/2015](#).

Nota1: Ver Decisões nºs [1594/2016](#), [2013/2015](#), [5946/2013](#), [8155/2009](#), que tratam da realização de pesquisa de preço para a contratação de shows musicais.

Nota2: Ver Decisões nºs [4867/2016](#), [2013/2015](#), [3499/2014](#), [5946/2013](#), que tratam da necessidade de observância ao [Parecer nº 393/2008-PROCAD-PGDF](#) na contratação direta de profissional do setor artístico.

Nota3: Ver Decisões nºs [1134/2015](#), [5946/2013](#), que tratam da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública para a contratação direta de artista.

4. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. REQUISITOS PARA ADOÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. PROPOSTA DE PREÇO DO LANCE VENCEDOR.

- 1. ‘O pregão na forma eletrônica somente poderá deixar de ser utilizado caso reste devidamente comprovada a sua inviabilidade ou se for demonstrado que o pregão na forma presencial é mais vantajoso técnica e economicamente para a Administração’.
- 2. A planilha de custos e de formação de preços do licitante vencedor deve ser analisada antes da adjudicação do certame, a fim de permitir a aferição da sua viabilidade, nos termos do artigo 48, inciso II, da [Lei nº 8.666/1993](#).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 38410/2016-e. Decisão nº 1759/2017.](#)

Precedentes Item 1: TCDF: Decisões nºs [3941/2014](#), [3659/2014](#), [2598/2014](#).

5. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE.

‘O princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode ser invocado para justificar exigência no edital que se mostre ilegal por frustrar o caráter competitivo do certame e por contrariar os princípios da economicidade, da isonomia, da moralidade, da impessoalidade e da seleção da proposta mais vantajosa’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 34880/2016-e. Decisão nº 1756/2017.](#)

6. LICITAÇÃO. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

‘Em certames para aquisição de bens de natureza divisível, o órgão ou entidade licitante deve estabelecer cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte’. (Ver artigos 47, 48 e 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e a [Lei distrital nº 4.611/2011](#).)



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 10072/2017-e. Decisão nº 1752/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1027/2017](#), [770/2017](#), [416/2017](#), [6036/2016](#).

7. CONTRATO. SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. SUBCONTRATAÇÃO. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS.

É indevido o pagamento de honorários a agência de publicidade por serviços efetivamente executados por terceiro, mediante subcontratação, sem o envolvimento comprovado de profissionais especializados da contratada na concepção e execução das peças produzidas.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 19230/2010. Decisão nº 1729/2017.](#)

8. LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SERVIÇO DE CONSULTORIA. RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO. PESQUISA DE MERCADO. ORÇAMENTO ESTIMATIVO. DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS.

1. Para contratação direta de consultoria por inexigibilidade de licitação é necessário evidenciar a impossibilidade de os serviços serem prestados por profissionais do próprio quadro do licitante. Além disso, deve-se efetuar estudo prévio de mercado para conhecimento de potenciais consultores com expertise na matéria, a fim de se demonstrar a singularidade do serviço e justificar a razão de escolha do contratado.

2. A contratação direta, por inexigibilidade de licitação, não afasta a obrigação do gestor de elaborar orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto contratado (artigo 7º, § 2º, inciso II, e § 9º, c/c o art. 26, inciso III, todos da [Lei 8.666/1993](#)).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 3652/2017. Decisão nº 1673/2017.](#)

Precedentes:

Item 2: TCDF: Decisões nºs [344/2017](#), [6224/2016](#), [2059/2015](#), [4581/2014](#); TCU: Acórdão nº [3289/2014-P](#), [9554/2011-I](#).

Nota (item 1): Nas Decisões nºs [412/2016](#), [2734/2012](#), [3941/2001](#), [9433/2000](#), [3566/1997](#), o Tribunal elencou os requisitos necessários para a contratação direta de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação.

9. LICITAÇÃO. OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS INADIMPLIDAS. CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO. HABILITAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA VINCULADO AOS SERVIÇOS MAIS COMPLEXOS E DE MAIOR RELEVÂNCIA. PLANILHAS DE CUSTOS. RUBRICAS TREINAMENTO E RECICLAGEM. FIXAÇÃO DE QUANTITATIVO MÍNIMO.

1. A Administração Pública não está impedida de homologar certames licitatórios enquanto houverem obrigações financeiras não adimplidas com fornecedores que lhe tenham disponibilizado o mesmo objeto, pois a [Lei nº 8.666/93](#) não veda a celebração de novos contratos nessa situação.

2. 'Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa admite-se a fixação no edital de quantitativos mínimos, desde que representem no máximo 50% do total de cada item mais relevante do serviço, salvo em casos excepcionais, quando houver justificativa fundamentada, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da [Constituição Federal](#), c/c os arts. 3º, § 1º, inciso I, e 30, inciso II, da [Lei nº 8.666/93](#)'.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

3. Não é permitida a inclusão das rubricas “Supervisão e Fiscalização”, “Treinamento e Reciclagem” e “Exames Admissionais e Periódicos” nas Planilhas de Custos e de Formação de Preços que compõem os processos de contratações de serviços continuados.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 12593/2016-e. Decisão nº 1668/2017.](#)

Precedentes:

Item 1: TCDF: Decisões nºs [973/2017](#), [6378/2016](#).

Item 2: TCDF: Decisões nºs [930/2017](#), [221/2016](#), [3472/2014](#), [3394/2014](#), [4211/2013](#), [781/2011](#), [6610/2010](#).

Item 3: TCDF: Decisões nºs [4599/2015](#), [6038/2013](#); TCU: Acórdãos nºs [1320/2010-P](#), [592/2010-P](#), [362/2007-P](#).

10. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA DE REQUISITO PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. JULGAMENTO OBJETIVO. SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. DIMENSÃO ECONÔMICA E QUALITATIVA.

1. A interpretação ampliativa feita *a posteriori* de requisito presente em edital de licitação para comprovação de capacidade técnica dos licitantes, com o intuito de habilitar determinada empresa, prejudica a competitividade do certame e viola os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

2. A vantagem na contratação prevista no art. 3º da [Lei nº 8666/1993](#) abrange as dimensões econômica e qualitativa, de modo que as seleções públicas orientem-se pela busca da contratação com o menor preço, como regra, e também com o “melhor gasto”, sendo necessário haver aderência da proposta com os termos editalícios, sem conflito com os postulados do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, expressões do princípio constitucional da isonomia.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 229/2017-e. Decisão nº 1666/2017.](#)

Precedente Item 2: TCDF: [Decisão nº 2744/2016](#).

PESSOAL

1. PESSOAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SERVIDORA GESTANTE/LACTANTE. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE DURANTE O GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

1. ‘As servidoras gestantes e lactantes devem ser afastadas dos ambientes insalubres ou perigosos, enquanto durar a gestação e a lactação’. (Art. 80 da [L.C. 840/2011](#) e Art. 53 do [Decreto nº 34023/2012](#)).

2. ‘O pagamento dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade deve ser suprimido durante o gozo de licença-prêmio’.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 34100/2015. Decisão nº 1738/2017.](#)

2. PESSOAL. APOSENTADORIA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. CARGA HORÁRIA VARIÁVEL.

A aposentadoria com base na carga horária de 40 horas semanais para os servidores com carga horária semanal variável exige a comprovação do efetivo cumprimento dessa jornada de trabalho nos três anos



Tribunal de Contas do Distrito Federal

VENDA PROIBIDA. Informativo disponível em <http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/decisoes-tcdf-boletim>

anteriores à aposentadoria, ainda que presente o regime de acumulação lícita de cargos (art. 41, § 7º, da [LODF](#)).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 42263/2009. Decisão nº 1709/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [454/2017](#), [6096/2015](#), [331/2015](#), [3799/2014](#).

PROCESSUAL

1. PROCESSUAL. ATO PRATICADO COM GRAVE INFRAÇÃO À NORMA LEGAL OU REGULAMENTAR. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. APLICAÇÃO DE MULTA.

A ausência de prejuízo não ilide a responsabilidade de agente público pela prática de atos com grave infração à norma legal ou regulamentar, estando sujeito à multa prevista no art. 57, inciso II, da [L.C. 01/1994](#) (LOTCDF).

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 2875/2013. Decisão nº 1811/2017.](#)

Precedentes TCDF: Decisões nºs [1318/2017](#), [3051/2014](#).

2. PROCESSUAL. ILÍCITO ADMINISTRATIVO. ABSOLVIÇÃO PENAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.

A absolvição penal transitada em julgado que reconhece a atipicidade da conduta por não vislumbrar a intenção dos réus em burlar o procedimento licitatório e a ocorrência de prejuízo aos cofres públicos afasta a incidência do princípio da independência das instâncias com o consequente arquivamento dos autos neste Tribunal de Contas.

Decisão por unanimidade.

[Processo nº 9520/2010. Decisão nº 1710/2017.](#)

